

## RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO 01/2023

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2023

Trata-se de Impugnação ao Edital de Concorrência nº0014/2023 – Processo Administrativo nº 006001-00330, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de obra de reforma da unidade Sesc Uberlândia, objetivando a adequação da área Odontológica em atendimento a legislação da Vigilância Sanitária, recebida via e-mail no dia 11/08/2023 por meio de Ofício nº505/2023, pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU/MG.

### 1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme subitem 4.1 do Edital convocatório, o prazo final para a apresentação de impugnação é de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data de realização da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada para 18/08/2023. Dessa forma, considerando que a impugnação foi apresentada em 11/08/2023, a manifestação se mostra tempestiva.

### 2 - DA IMPUGNAÇÃO

Desta feita, abaixo transcrevemos trechos para entendimento do ponto impugnado que, em síntese, envolve o tipo de licitação/critério de julgamento: menor preço, alegando o impugnante, Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU/MG, o seguinte:

(...) 1. O CAU/MG tomou conhecimento da publicação de edital de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº014/2023**, do tipo **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, pelo Serviço Social do Comércio– SESC em Minas Gerais, data de abertura 18/08/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de obra de reforma da unidade SESC UBERLÂNDIA, objetivando a adequação da área odontológica em atendimento a legislação da Vigilância Sanitária, conforme especificações constantes nos seus Anexos, partes integrantes do referido Edital; (...) 5. Informamos que esse tipo de licitação, que avalia somente o menor preço, não é recomendado pelo CAU/MG, uma vez que o serviço de arquitetura e urbanismo é um típico serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, que exige aptidão específica e profissionais experientes e habilitados para sua execução. Trata-se de serviços que não apresentam identidade e características padronizadas, não se encontram prontos e disponíveis a qualquer tempo, ao contrário dos verdadeiros "bens e serviços comuns", estes sim passíveis de contratações por pregão ou por licitações do tipo Menor Preço.

6. Percebe-se, ainda, que os serviços de arquitetura e urbanismo têm sido contratados por preços muito baixos, gerando resultados de baixa qualidade técnica, o que compromete a obra decorrente.

7. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo sugere que seja efetuada a correção no edital **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº014/2023**, do tipo **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** para outra modalidade que permita o uso do tipo MELHOR TÉCNICA, ou TÉCNICA E PREÇO, conforme entendimentos explanados (...).

### 3 - DA NATUREZA JURÍDICA DO SESC

Inicialmente, cabe ressaltar que o Sesc não é entidade pública, por conseguinte, não é integrante da Administração Pública, seja ela direta ou indireta. Trata-se de Instituição de direito privado sem qualquer vinculação ao Estado, criada em 13/09/1946 por meio do Decreto-Lei nº 9.853, com objetivo de contribuir para a qualificação do mercado pela formação e valorização do trabalhador, tendo como escopo, ainda, a assistência social nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Aliás, além de estar previsto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.853 de 13/09/1946, de forma expressa, que o Sesc possui personalidade jurídica de direito privado, a própria Constituição Federal/1988, em seu artigo 240, dispõe que os serviços sociais autônomos e de formação profissional vinculados ao sistema sindical são instituições privadas, e não públicas, como equivocadamente está sendo enquadrado.

**Destarte, importante salientar que, em matéria de licitações para contratações de prestadores de serviços ou fornecedores, o Sesc em Minas se sujeita às regras estabelecidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos próprio, consolidado pela Resolução nº 1.252/2012, de 06/06/2012, do Conselho Nacional do Sesc, e não à Lei Federal nº 8.666/93 e outras aplicáveis à Administração Pública.**

Neste aspecto, importante, ainda, salientar que a validade e eficácia dos procedimentos que envolvem as licitações e contratos no Sesc não são vinculados e determinados pela Lei Federal de Licitações. Não se interpreta extensivamente ao Sesc os deveres, limites, proibições a que a Administração Pública se sujeita, admitindo-se, no que couber, a observância dos princípios gerais da administração pública. Sobre isso, já manifestou o Tribunal de Contas da União em uma de suas decisões:

**As Entidades do Sistema “S” não são alcançadas pelo art. 1º da Lei 8.666/93. (AC 3362/2009-1ª Câmara). Os Serviços Sociais Autônomos, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.666/1993, não estão sujeitos à estrita observância dessa Lei, mas sim a seus regulamentos próprios devidamente publicados, os quais devem se pautar nos princípios gerais do processo licitatório, devendo, contudo, ser consentâneos com os princípios constantes do art. 37, caput, da Constituição Federal e seguir os princípios gerais relativos à administração pública. (sem destaques no original).**

Vê-se, assim, que ao contrário do pretendido na impugnação ao Edital – Pregão Eletrônico nº 0024/2023, não são de aplicação direta no caso em tela a Lei nº 8.666/93, dentre outras normas voltadas à Administração Pública.

Ultrapassadas as questões afetas à natureza jurídica do Sesc em Minas e as normas a que se sujeita, passa-se à análise do mérito.

#### **4 – DA ANÁLISE**

Conforme já tratado neste documento, o Sesc em Minas não é integrante da administração pública direta ou indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado, assim como Regulamento de Licitações e Contratos. Logo, não estamos subordinados a observância dos estritos procedimentos das Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002, 14.133/2021, entre outras.

Verifica-se que a impugnação aqui tratada versa sobre a escolha do tipo de licitação/critério de julgamento: menor preço.

É importante destacar que cabe à área técnica demandante, detentora de conhecimentos técnicos, estabelecer as definições técnicas, em atenção e respeito aos princípios básicos que orientam as contratações em âmbito do Sesc, se atentar e sopesar quanto à aplicabilidade dos princípios de regências de suas contratações com o fim, primordial, de se alcançar a melhor contratação possível.

Assim, tratando-se das razões de matéria técnica, por sua vez, a área técnica demandante, manifestou:

Conforme prevê o art. 1º da Resolução SESC nº 1.25/2012, especialmente em seu parágrafo primeiro, o procedimento licitatório deverá selecionar a proposta mais vantajosa, sem adoção de critérios que frustrem seu caráter competitivo.

Art. 1º As contratações de obras, serviços, compras e alienações do SESC serão necessariamente precedidas de licitação obedecidas as disposições deste Regulamento.

Art. 2º O procedimento licitatório destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa e a garantir a legitimidade, a eficiência e a objetividade da aplicação dos recursos do Sesc, bem como o alcance de suas finalidades institucionais.

Parágrafo único. O procedimento licitatório deve ser processado e julgado em conformidade com os princípios da licitação e com o instrumento convocatório, sem a adoção de critérios que frustrem seu caráter competitivo.

Nesse sentido, todos os critérios definidos seguem o descritos na legislação, consideram as boas práticas em licitações e as dinâmicas aceitas pelo mercado, visando não trazer exigências excessivas, principalmente porque é vedado aos responsáveis pela elaboração dos documentos licitatórios, incluir cláusulas ou condições que embaracem ou frustrem a natureza competitiva do certame. E foi essa tônica que determinou a escolha do critério de julgamento, no caso menor preço (suficiente para garantir um julgamento igualitário entre as propostas), que é a regra das licitações, tendo em vista que não há justificativa, no caso concreto, para impor qualificações além do usual e aceita no mercado da construção civil e tampouco encontrados os elementos trazidos pela legislação que justifiquem a adoção do critério distinto. O objeto em questão trata de obra de reforma e adequação, cujo dimensionamento não possui especialidade ou exige complexidade diferente que justifique a exigência de critério de julgamento com maior expertise, não se trata de serviço de grande vulto, tampouco, serviços técnicos especializados. Além disso, conforme se vê dos anexos do edital, não será exigido da empresa contratada inovação quanto à metodologia executiva, tampouco que elaborados serviços exclusivamente intelectuais, como ocorre, por exemplo, nos casos de projetos. Ao contrário, os itens da reforma são padronizados e possuem os métodos executivos descritos nos cadernos do Sinapi e Sudecap, e estão bem detalhados no anexo I - Caderno de especificações, ou seja, a execução do serviço não dá margem à utilização de metodologias diversas, a ponto de justificar a adoção de licitação do tipo melhor técnica ou técnica e preço. E ainda, conforme se verifica no caderno de planejamento, item 3.1 para disponibilização do profissional para composição da equipe técnica, o nível de formação, dada a baixa complexidade e dimensionamento do objeto contratual é nível júnior. 3.1. Engenheiro Civil/ Arquiteto/ Engenheiro de Produção Civil. É de responsabilidade da Contratada, manter a presença de 1 (um) graduado com formação em Engenharia Civil/ Arquiteto/ Engenheiro de Produção Civil (júnior), devidamente registrados, durante o período de 8 horas semanais durante a execução dos serviços. Quanto ao questionamento do CAU, de que os serviços de arquitetura e urbanismo têm sido contratados por preços muito baixos, gerando resultados de baixa qualidade técnica, o que compromete a obra decorrente, informamos que o Sesc Minas não compactua com o pagamento de valores diferentes dos mínimos da categoria e do mercado e que causem prejuízos aos profissionais, e que, sobretudo, possam impactar negativamente na execução contratual. Nesse sentido, além de todas as cautelas trazidas no Termo de Referência e Cadernos técnicos, foi solicitada qualificação técnico profissional suficiente e coerente à complexidade do objeto, quanto à técnica e dimensionamento, não sendo privativa dos profissionais de Arquitetura, conforme se vê no item 8.5 e seguintes:

#### 8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1. Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome da licitante, **válida**.

8.5.2. Certidão de registro de pessoa física no CREA e/ou CAU atualizada, relativa ao(s) profissional(is) responsável pela obra, **válida**.

Ainda sobre os valores de remuneração, informamos que a formação do valor de referência dos nossos orçamentos considera planilhas oficiais, a exemplo do SINAPI, os quais refletem o patamar das categorias e profissionais que se pretende contratar, e esse procedimento é idêntico para qualquer critério de julgamento (melhor técnica, técnica e preço ou menor preço).

Por fim, ressaltamos que o objeto contratado na licitação não trata de serviços caracterizados por singularidade, inovação, projetos e outros, para os quais são exigidos profissionais de nível sênior, e requer grau mais elevado de expertise, mas sim engenheiros e/ou arquitetos devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia



*– CREA – e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU júnior, ou seja, mediante a atuação de profissional qualificado, registrado em órgão de classe e com anotação de responsabilidade técnica.”*

Ademais informamos que os pontos impugnados, embora compreendidos como não recomendados pela impugnante, foram determinados levando em consideração as práticas de mercado, especificações compatíveis com o serviço de reforma e adequação (pequeno vulto) e exigências ideais que não frustrem o caráter competitivo da licitação, ou seja, o objeto em questão é uma *“obra de reforma e adequação, cujo dimensionamento não possui especialidade ou exige complexidade diferente que justifique a exigência de critério de julgamento com maior expertise”*, não se tratando de serviço de grande vulto, nem de serviços técnicos especializados.

Ainda, cabe destacar conforme informado pela área técnica demandante que se trata de serviço que exige qualificação técnico profissional suficiente e coerente à complexidade do objeto das empresas de engenharia interessadas e seus profissionais.

Ante tais considerações, entendemos que não há ilegalidade no Edital, principalmente em seu tipo de licitação/critério de julgamento, mantendo o entendimento contido no atual instrumento convocatório.

#### 5 - DA DECISÃO

Isto posto, **CONHEÇO** da impugnação apresentada, e no mérito **NEGO-LHE PROVIMENTO**, desse modo, mantendo o referido Edital inalterado.

  
Daisy Priscila Gomes P. da Silva

  
Daniela Cristina A. de Faria da Silva  
Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas

  
Maria Gabriela Dutra